

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 13 dias do mês de dezembro de 2017, às 09h00min na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasília – Betim reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência – CMP, nomeados conforme o Decreto nº. 40850 de 31 de julho de 2017, dentre os quais: 1) Cirilo Moreira Júnior – titular representante do poder Executivo e Presidente do CMP em substituição; 2) Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo; 3) Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB); 4) José Ivan Palma Souza – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE) e sua suplente Célia Cristina de Oliveira; 5) Adriana Correia de Queiroz – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde – (SINDSAÚDE); 6) Mauro Silva Reis – titular representante dos servidores inativos e pensionistas e 7) Sérgio Túlio Sendin – titular representante dos servidores inativos e pensionistas. Pelo IPREMB o senhor Renato Diniz Lanza – Presidente; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe da Divisão de Contabilidade; a senhora Isabela Lara Ferreira – Chefe da Unidade de Auditoria e Controle Interno; o senhor Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe da Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos – Cominv e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues – servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno que foi designada pelo Presidente para secretariar o Ato. A secretária Darlene justifica a ausência da Presidente do CMP Ellen Ises Mendes, bem como de seu suplente Wesley de Melo Sousa. Diante das mencionadas ausências, assume o cargo de Presidente do CMP em substituição o conselheiro Cirilo. O Presidente do Ipremb Renato inicia a reunião informando que a Prefeitura Municipal de Betim autorizou a produção de um vídeo institucional, onde o Ipremb fará parte, e assim, a reunião será filmada para compor o mencionado vídeo. Informa também que há alguns terrenos sendo estudados para a possível sede do Instituto e dará maiores detalhes em outra reunião. Passa-se a palavra para o Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo que apresentará o relatório da carteira de Investimentos referentes ao mês de outubro/2017 e a Política de Investimentos 2018. O Chefe da Divisão de

Investimentos Rômulo comenta que o mês de outubro/2017 fechou com um montante de aproximadamente R\$1.078.252.000,00 (um bilhão, setenta e oito milhões, duzentos e cinquenta e dois mil reais), sendo que o portfólio encontra-se 78,77% (setenta e oito vírgula setenta e sete por cento) em Renda Fixa e 21,23% (vinte e um e vírgula vinte e três por cento) em Renda Variável. O Comitê de Política Monetária - COPOM com intuito de estimular a economia reduziu a taxa básica de juros - SELIC - e como consequência houve menor rentabilidade nos fundos de renda fixa e maior rentabilidade nos fundos de renda variável. Diante do atual cenário econômico, a intenção do Cominv é aproximar o percentual de Renda Fixa a 70% (setenta por cento) e ampliar o percentual de Renda Variável a 30% (trinta por cento), respeitando os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº. 3922/2010. Aproveita para apresentar tabela por tipo de enquadramento e comenta que todas as modalidades de aplicações estão em conformidade com a legislação vigente. O Presidente do CMP em substituição Cirilo observa que os percentuais aplicados em Renda Variável: FI em Participações e FI Imobiliário estavam menores nos meses anteriores. O Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo diz que foi feito aportes nestes fundos, além da própria rentabilidade dos mesmos que contribuiu para o aumento de percentual. Apresenta o gráfico com a rentabilidade acumulada mês a mês e mostra que no final de outubro a rentabilidade realizada foi de 10,13% (dez vírgula treze por cento) contra a meta de 7,32% (sete vírgula trinta e dois por cento). Estes resultados positivos demonstram o bom trabalho realizado pela gestão. O quarto trimestre será difícil e sem perspectivas de boas rentabilidades, devido a questões políticas que afetam a confiabilidade do Brasil perante o mercado internacional. O Presidente do Ipremb Renato acrescenta que, caso a reforma da previdência seja aprovada ainda este mês, a carteira de dezembro poderá apresentar bons índices de rentabilidade, pois o mercado é favorável à ação. O conselheiro José Ivan comenta não acreditar que a reforma previdenciária aconteça e acredita que a instabilidade política fará com que o ano de 2018 seja um ano difícil para bater a meta, uma vez que a baixa taxa de juros interfere diretamente na Renda Fixa e causa grande volatilidade na Renda Variável. Acredita também que haverá significativa queda na receita municipal e sugere um estudo para possível reformulação da meta atuarial, uma vez que a vigente meta, IPCA+6% (seis por cento), é alta, considerando o atual cenário econômico. Sugere ainda manter as aplicações a longo prazo e analisar com maior cuidado as aplicações em Renda Variável. O conselheiro Mauro Reis diz que as considerações do conselheiro José Ivan são interessantes e pergunta qual o olhar do Comitê de investimentos. O Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo responde que

se deve observar o grande volume de investimentos em bolsa. O Instituto é um RPPS – Regime Próprio de Previdência Social – que examina mês a mês seu portfólio e a reação do mercado. Possui investimentos de curto e longo prazo. O objetivo principal é alcançar a meta, fazer investimentos com cautela para não ficar aquém do esperado e também sem a preocupação central de ficar muito além. Concorda que o cenário de 2018 não será fácil e é preciso criatividade e muito estudo para lidar com os investimentos. Verificar o contexto de grandes bancos e extrair sob uma ótica não comercial, ajuda nas deliberações. O Cominv tem ciência que a Renda Fixa, no atual cenário, não garante a meta, daí a decisão de trabalhar com os limites de 70% (setenta por cento), ampliando a Renda Variável para até 30% (trinta por cento), distribuindo os percentuais entre as modalidades de Fundos em Participações, Fundos Imobiliários, Multimercados e Fundos de Investimentos em Ações. Acredita que após a definição dos candidatos a eleição presidencial/2018 será necessária uma nova avaliação da estratégia com propósito de preservar o capital, reforçando que dificilmente atingirá a meta com os investimentos em Renda Fixa. Antes de aplicar nos fundos de ações, é feita uma pesquisa, para selecionar os fundos cujos gestores entregam a rentabilidade igual ou mais próximo possível da esperada. O conselheiro José Ivan ressalta a importância em discutir uma nova meta atuarial, tendo em vista a queda da taxa de juros. Acrescenta a importância da participação dos conselheiros no entendimento do assunto com objetivo de defender o Instituto. Para tal reforça a necessidade de qualificar os membros do Conselho. O Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo concorda e completa que a queda da taxa de juros – SELIC – faz com que haja necessidade de mudar as estratégias para o alcance da meta atuarial, tal como pôr em prática a proposta da carteira administrada. Para 2018 a meta ficará em torno de 10% (dez por cento) contra uma taxa de juros – SELIC – de 7% (sete por cento). Comenta que em Belo Horizonte trabalha-se com a meta IPCA+5,1% (cinco vírgula um por cento). A discussão é válida mesmo não alterando o percentual, pois torna as ações mais transparentes. O Presidente do CMP em substituição Cirilo questiona quem define os índices de meta. A secretária Darlene responde que os índices são definidos através do cálculo atuarial e que vários fatores estão diretamente ligados a eles. A diminuição do percentual pode gerar aumento da alíquota patronal, por exemplo. O Presidente do Ipremb Renato diz que em Belo Horizonte o índice é menor, pois há segregação de massa. O conselheiro Mauro Reis comenta que o montante de servidores que irão se aposentar nos próximos meses aumentará as despesas e isto também é um fator que afeta o capital. Acredita que o descolamento do mercado econômico e mercado político poderá gerar um campo mais

propício para os investimentos. O Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo mostra o quadro de expectativas do mercado, onde é possível verificar que a ANBIMA prevê para 2018 PIB de 2,80% (dois vírgula oitenta por cento). O PIB de 2017 não foi alto apesar das intervenções para combater a crise. A política monetária realizou vários cortes na taxa básica e mesmo com a queda da inflação, as medidas não foram suficientes para atingir o objetivo do Governo. A um viés de aumento da inflação, 4% (quatro por cento) e taxa Selic, 7% (sete por cento) para 2018. O mercado está otimista e o cenário internacional também contribuiu com as boas expectativas. A média da taxa Selic gira em torno de 13,20% (treze vírgula vinte por cento) e a previsão de 7% (sete por cento) representa a taxa mais baixa da história. O Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo passa para o próximo item de pauta: Política de Investimentos 2018. Informa que a Política de Investimentos é uma proposta do Comitê de Investimentos, que tem como membro o Presidente do Ipremb e ressalta que ele e todos os demais membros do Comitê possuem qualificação e são servidores efetivos do município de Betim atuantes no Instituto. Informa que a Política de Investimentos deve ser aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência e deve ser enviada à Secretária de Previdência Social até o dia 31 de dezembro de 2017. Informa ainda que houve alteração na legislação que trata do assunto, no caso a Resolução CMN nº3922 de 25 de novembro de 2010 foi alterada pela Resolução CMN nº 4604 de 19 de outubro de 2017. Informa também que todo trabalho desenvolvido referente aos investimentos foi realizado pela própria Divisão, uma vez que o Ipremb optou por não contratar consultoria. O conselheiro José Ivan pergunta se há consultoria para o cálculo atuarial. O Chefe de Divisão de Investimentos Rômulo responde que sim, através da Aliança Assessoria. A conselheira Margareth sugere a leitura da Política de Investimento 2018 para melhor análise e posterior aprovação. Inicia-se a leitura. A conselheira Margareth pergunta quando será adotado o modelo de gestão mista. O Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo responde que terá vigência durante todo o ano de 2018, conforme apresentado na Política de Investimentos. Reforça que toda a estratégia da carteira parte do Cominv. Porém, se no decorrer do exercício, for necessário, há como contratar uma consultoria. O conselheiro José Ivan questiona o campo que cita que os membros do Comitê precisam ser vinculados com o ente ou o RPPS, na qualidade de servidor de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração. O Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo comenta que seguiu o Regimento do Cominv, mas fará alteração de forma a contemplar apenas servidores efetivos que estejam ou não em cargos de livre nomeação e exoneração. A conselheira Margareth expõe que o Comitê tem caráter consultivo e deliberativo e os conselhos apenas

apreciam suas ações. Acrescenta que gostaria de ter acesso ao referido regimento e que o mesmo deveria passar por uma análise do CMP. Sobre a Política de Investimentos o Chefe de Divisão de Investimentos Rômulo evidencia que o objetivo primordial é a conservação e preservação do patrimônio. As diretrizes estabelecidas na Política, se necessário, poderão ser alteradas somente com o aval do Conselho Municipal. O conselheiro José Ivan pergunta quais pontos foram alterados através da nova Resolução. O Chefe da Divisão de Investimentos Rômulo esclarece que criaram regras específicas que definem percentual de limite para a aplicação do Patrimônio Líquido do fundo. Antes era possível investir em até 25% (vinte e cinco por cento) do fundo, a nova legislação varia estes percentuais conforme cada fundo, sendo que a maioria limita em 5% (cinco por cento) ou 15% (quinze por cento). Os fundos que ultrapassam os novos índices estão desenquadrados e há prazo de 180 (cento e oitenta) dias para readequá-los. Continuando a leitura da Política de Investimentos, destaca o cenário macroeconômico nacional. A taxa Selic fechará o ano de 2017 abaixo do piso da meta, que foi de 3% (três por cento). Há expectativas para o fechamento positivo do PIB que saiu de uma situação de -3,6% (menos três vírgula seis por cento) e poderá alcançar 0,91% (zero vírgula noventa e um por cento). Para 2018 o Boletim Focus faz uma projeção de IPCA igual a 4,04% (quatro vírgula zero quatro por cento) gerando aquecimento da economia e criando perspectiva de aumento do PIB para 2,62% (dois vírgula sessenta e dois por cento). Ressalta que somente um diálogo de unidade entre figuras políticas que atuam como figuras centrais, figuras de direita e figuras de esquerda poderão mudar progressivamente a política econômica. O Presidente do CMP em substituição Cirilo lembra que para bater a meta do Instituto e aumentar o patrimônio, a realização de concurso público torna-se fundamental. O Chefe de Divisão de Investimentos Rômulo diz que diante da projeção de mercado para 2018 a condição ideal é investir em Renda Variável, respeitando os limites. O conselheiro José Ivan acrescenta que os melhores anos para investir em renda fixa foram os anos de 2014, 2015 e 2016. O Chefe de Divisão de Investimentos Rômulo enfatiza que não se deve perder o olhar para a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez do fundo em prol somente da rentabilidade. O conselheiro Mauro Reis pergunta se há um quadro comparativo entre a Política de Investimentos 2017 e 2018. O Chefe de Divisão de Investimentos Rômulo responde que não, mas em uma visão macro o que muda são as perspectivas mínimas de Renda Fixa, que em 2017 eram em média 80% (oitenta por cento) e passam para 70% (setenta por cento) em 2018 e os percentuais máximos de Renda Variável, que em 2017 eram em torno de 20% (vinte por cento) e passam para cerca de 30%

(trinta por cento) em 2018. A atual Resolução traz novos produtos, entre eles Fundos ETF, cujo Comitê optou em não locar, uma vez que não os conhecem. Futuramente os índices poderão ser alterados, se viáveis. A precificação será baseada na marcação a mercado e acontecerá no mínimo mensalmente, para não gerar valores sub ou superestimados. Será observado também o estresse máximo de cada fundo, o quanto o mesmo pode se desvalorizar e seus resultados. Todo e qualquer investimento será trabalhado da forma mais crítica possível buscando atingir o objetivo. Após leitura e observações, o Presidente do CMP em substituição Cirilo sugere votar por aclamação a Política de Investimentos 2018 que é aprovada por todos os membros presentes. Antes de finalizar a reunião, o Presidente do Ipremb Renato comenta que foi realizada uma votação para eleger o melhor gestor de 2017, atuante no Ipremb, e mostra a satisfação em ter sido o gestor honrado. Sem nada mais a acrescentar, encerra-se a reunião que segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Cirilo Moreira Júnior – Titular representante do poder Executivo e Presidente do CMP em substituição

Margareth Melo Rezende Butori – Titular representante do Poder Legislativo

Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira – Titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB)

José Ivan Palma Souza – Titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Célia Cristina de Oliveira – Suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Adriana Correia de Queiroz – Titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE)

Mauro Silva Reis – Titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Sérvio Túlio Sendin – Titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Representantes do IPREMB

Renato Diniz Lanza – Presidente do Ipremb

Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe da Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos – Cominv

Camila Francisca Nolasco – Chefe da Divisão de Contabilidade

Isabela Lara Ferreira – Chefe da Unidade de Auditoria e Controle Interno

Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno e secretária para o ato